

Governo de Minas paga 10ª parcela do Programa de Recuperação Econômica para a União

Ter 01 julho

O Estado de Minas Gerais efetuou, nesta terça-feira (1/7), o pagamento de R\$ 473,10 milhões ao Tesouro Nacional, em cumprimento ao acordo da dívida com a União. Esse valor inclui, além da décima parcela do contrato n° 336/2022/CAF, no montante de R\$ 340,18 milhões, o pagamento dos valores originalmente devidos referentes às prestações das operações de crédito, ajustados conforme percentuais crescentes de 11,11% a cada exercício financeiro.

No total, essas prestações somam R\$ 132,92 milhões, sendo R\$ 70,77 milhões correspondentes ao contrato n° 272/2025/CAFIN e R\$ 62,15 milhões ao contrato firmado nos termos da Lei n° 9.496/97.

□

"Hoje, pagamos mais R\$ 473,1 milhões da dívida de Minas com a União. Desde 2019, já foram mais de R\$ 10 bilhões quitados por um rombo criado há 30 anos. Não contraímos um centavo a mais", enfatizou o governador Romeu Zema na rede social X.

□

Atualmente, o pagamento da dívida com a União é feito com base nas regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2024, foram pagos R\$ 286,7 milhões em outubro; R\$ 291,7 milhões em novembro; e R\$ 296,2 milhões em dezembro. Já neste ano, foram pagos R\$ 303,70 milhões em

janeiro; R\$ 392,98 milhões em fevereiro; R\$ 472,11 milhões em março; R\$ 396,65 milhões em abril; R\$ 424 milhões em maio; e R\$ 398,10 milhões em junho.



"Governar com responsabilidade significa corrigir os erros do passado com trabalho no presente", salientou o vice-governador Mateus Simões, também no X".



Histórico

Vale ressaltar que o Estado de Minas Gerais pagou mensalmente, de agosto de 2022 a agosto de 2024, aproximadamente, R\$ 200 milhões referente ao contrato firmado com base no artigo 23 da Lei Complementar n° 178/2021, além de outros pagamentos realizados ao longo do período.

Em função do acordo homologado pelo STF, que considera o regime de recuperação fiscal do ente federado como se homologado estivesse, em 1/8 de 2024, o saldo do contrato de refinanciamento n° 283/2022/CAF foi incorporado ao saldo do contrato n° 336/2022/CAF, com efeitos financeiros a partir de 1/10 de 2024.

Desde janeiro de 2019, quando a gestão atual assumiu, o [Governo de Minas](#) pagou R\$ 10,71 bilhões à União – considerando a parcela de 1/7 –, em razão da dívida do Estado. Somente em 2025, foram pagos R\$ 2,86 bilhões.